

O Processo de Bolonha em Portugal - Já mudamos?, Estamos a mudar? Ou está tudo na mesma?

Sebastião Feyo de Azevedo *

Nota Prévia

O presente documento exprime opiniões que são da minha única responsabilidade, não comprometendo sob qualquer forma as instituições a que estou associado na minha actividade profissional.

Sumário - conceitos e questões relevantes

O Processo de Bolonha (PB) é hoje um movimento Europeu de imensa dimensão que no essencial visa a criação do Espaço Europeu do Conhecimento, vertente fundamental do modelo de desenvolvimento que a Europa tem vindo a moldar e aprofundar desde os meados dos anos 80 do Séc. XX, modelo que deve ser percebido como a adaptação e resposta Europeias ao quadro político, científico, tecnológico, económico e social contemporâneo.

O PB encerra pois um conjunto vasto de objectivos de índole e cariz político, académico económico e social.

No plano político e económico pretende fomentar a coesão Europeia e reforçar o quadro de cooperação transnacional, para o que relevam mecanismos indutores de CONFIANÇA e de MOBILIDADE estudantil e profissional.

No plano político e académico releva a criação de uma oferta nova de formações, adequada e adaptada à evolução científica e tecnológica, que responda aos anseios, motivações e apetências das novas gerações. Releva igualmente a evolução para novos paradigmas de ensino/aprendizagem e formação, em métodos e em conceitos, nomeadamente na perspectiva da necessária formação ao longo da vida.

Ainda nos planos político e económico, pretende que a nova oferta seja mais atractiva do que a actual para estudantes de outras áreas geográficas.

São pois questões ou elementos-chave do PB os seguintes:

- Um sistema que promova CONFIANÇA, base da cooperação.
- Um QUADRO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES (QNQ):
 - Compatível com o Quadro Europeu de Qualificações baseado nos Descritores de Dublin e com o Quadro Europeu de Qualificações para Formação ao Longo da Vida;
 - Assente nos conceitos de Produtos de Formação (*Learning Outcomes*; aferidos a Conhecimento, Capacidades e Competências) e de Carga de Trabalho (Créditos ECTS) requerida para alcançar os Produtos de Formação;

* Professor catedrático da FEUP, Delegado nacional ao BFUG-Bologna Follow-up Group

- Um SISTEMA DE GARANTIA DE QUALIDADE que se enquadre e refira ao QNQ, sem o que dificilmente se imporá como ferramenta de exigência de qualidade.
- Um redesenho da oferta formativa com base e referida ao QNQ:
 - Que fomente a formação ao longo da vida
 - Que ofereça um sistema binário que inclua, de forma adequadamente dimensionada, formação vocacional curta, formação de orientação mais aplicada e formação de orientação mais teórica
 - Que admita concepções de ‘vasos comunicantes’ entre os subsistemas e correspondentes perfis de formação
- Metodologias de aprendizagem centrada nos alunos e em objectivos de Produtos de Formação, em coerência como QNQ
- Um SISTEMA DE RECONHECIMENTO DE QUALIFICAÇÕES, no que se inclui a necessária adopção do conceito de créditos acumulados
- Um redesenho da rede do Sistema do Ensino Superior (SES) que a torne adequada aos objectivos de oferta formativa definidos

Globalmente:

- A generalidade dos 46 Países signatários dos acordos do PB desperta agora para a globalidade dos objectivos e, em particular, para a relevância dos objectivos académicos, até agora ofuscados pelos objectivos políticos.
- Adaptando uma frase célebre:
A generalidade dos Países não está no fim do Processo, nem mesmo no início do fim. Estarão esses países quando muito no fim do início.

Não esquecendo que:

- As reformas de Bolonha são importantes a todos os níveis
- Para lá disso, acontece que não temos alternativa.
- De facto, o que se passa é que o Mundo está em movimento... **quem se mantiver estático, fica para trás.**

Apreciação sucinta das questões suscitadas:

1. Qual é a sua visão da génese do Processo de Bolonha; qual era a sua necessidade e o que seria diferente no sistema de ES Europeu sem ele.

Génese - académica e política

- Para comentar a génese, algo que sempre faço nas minhas conferências, começo pelo estado actual do Processo:
- Hoje, o PB é um movimento que envolve 46 Países signatários dos acordos, mais de 5600 Instituições do Ensino Superior (IES) e mais de 16 milhões de estudantes. Está ademais a provocar interesse imenso noutros blocos do Planeta, nomeadamente na Austrália e nos Estados Unidos.
- Ouvi, por mais do que uma vez, alguns actores da época de alguma forma desvalorizarem a génese do Processo, na perspectiva de que no essencial este Processo tinha a ver com o interesse de 4 países em fortalecerem a sua base competitiva.
- É possível que sim, mas historicamente é claro que um movimento da dimensão que hoje se observa só seria possível se estivesse assente, como está, em razões profundas e sólidas de desenvolvimento.
- Em termos simplistas, a génese é para mim, no plano essencialmente académico, a Magna Carta, subscrita em Bolonha por Reitores Europeus, em 18 de Setembro de 1988, em que estes apontam para a necessidade de evoluir ou alterar paradigmas académicos de cooperação e aprendizagem. Destaco a frase final:
“ ... as universidades encorajam a mobilidade dos professores e dos estudantes, e consideram que uma política geral de equivalências em matéria de «status», de títulos, de exames (preservando embora os diplomas nacionais) o de atribuição de bolsas constitui o instrumento essencial para garantir o exercício das suas missões contemporâneas.
Os reitores abaixo assinados, em nome das suas universidades, comprometem-se a tudo fazer para que cada Estado e as organizações supranacionais concernentes possam inspirar-se progressivamente nas disposições desta carta, expressão unânime da vontade autónoma das universidades”.
- Mas, é claro que o movimento académico foi rapidamente enquadrado politicamente, absorvido no modelo de desenvolvimento que os Europeus vão tentativamente moldando desde o último quartel do Séc. XX.
- Nesse sentido a génese poder-se-á situar na Declaração da Sorbonne, de 25 de Maio de 1998, subscrita por Ministros da Educação da França, Alemanha, Reino Unido e Itália

É de facto fundamental entender o enquadramento e os objectivos do PB no modelo Europeu. Vejamos:

3 tipos de factores cruciais para a procura Europeia de novos caminhos no último quartel do Séc. XX:

- Desenvolvimentos e progresso nas Ciências e na Tecnologia, nomeadamente -
 - Em sistemas digitais e comunicações

- Nas ciências da Saúde e da Vida
- Mudanças políticas importantes na Europa - a queda do Muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989
- Expectativas e exigências da Sociedade Ocidental moderna
 - Educação para todos
 - Exigências de qualidade - a ‘Sociedade do conforto’

A Vida Hoje:

- Economia e regras de mercado - forças motrizes da Sociedade de hoje
- A Era dos computadores e das comunicações - mudanças dramáticas dos conceitos de Tempo e Espaço - Globalização
- O aumento da Esperança de Vida - o problema da sustentabilidade do Sistema Social
- Aumento exponencial em exigências de qualidade e em competitividade - no Espaço Europeu e no Mundo
- Evolução dos conceitos de gestão de carreira individual
- Oportunidades e mercado de trabalho - abertas como nunca

Procura que culminou num Modelo de Desenvolvimento:

- Adaptado à evolução social, largamente ditada pelo progresso científico e tecnológico e pelas mudanças no xadrez político:
 - Antecipar a globalização através de uma postura decisivamente competitiva relativamente a outros blocos do Planeta
 - Promover estratégia de crescimento e empregos
 - Garantir prioritariamente a paz na Europa
- Objectivo estratégico iniciado com a **Declaração de Lisboa, 2000:**
 - Até 2010, tornar a Europa o espaço económico mais dinâmico e competitivo do Mundo, baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social”.
- **Continuado com o Tratado de Lisboa, 2007**

Modelo, da Estratégia de Lisboa, em que devemos reconhecer 3 dimensões:

- A dimensão económica - na qual podemos identificar o movimento económico que convergiu na criação do EURO
- A dimensão social - que se revê nos múltiplos objectivos de natureza social traçados na “Estratégia de Lisboa para 2010”
 - Em linha com a cultura Europeia de humanismo, racionalismo, liberdade e democracia
- A dimensão ESPECIAL da Sociedade do Conhecimento - identificada com o Processo de Bolonha
 - Com implicações de Capital Humano e de cariz económico, social
 - O seu Universo ultrapassa o da UE-27

PERCEBER o Processo de Bolonha como dimensão do modelo de desenvolvimento

É pois necessário perceber o Processo de Bolonha como uma das dimensões do Modelo de desenvolvimento adoptada pelos países europeus por volta dos Anos 80 do Séc. XX

- Releva perceber que o Processo de Bolonha contém dois grandes grupos de objectivos, naturalmente interligados:
 - Objectivos de natureza predominantemente socio-económica e política
 - Objectivos de natureza predominantemente académica
 - Objectivos que se conjugam num objectivo geral:
Estabelecer o Espaço Europeu do Conhecimento
- É necessário perceber que esses objectivos encerram uma grande reforma (...revolução...) no ensino superior e na Sociedade das Nações.

Identificar objectivos de natureza predominantemente socio-económica e política

- No plano sócio-económico, assegurar o desenvolvimento e a capacidade competitiva através de
 - Incremento da colaboração transnacional e da mobilidade, tanto no ensino superior como na investigação e desenvolvimento
- No plano mais político, contribuir para a promoção da coesão europeia
 - Construindo uma dimensão e consciência europeia novas no ensino superior, na investigação e na inovação
 - Através da mobilidade e cooperação a todos os níveis, nomeadamente estudantil e profissional
- Ainda no plano mais político - promover a dimensão externa do modelo Europeu

Identificar objectivos de natureza predominantemente académica

- A reestruturação da formação superior dos Jovens de forma a:
 - Aproximar essa formação superior dos interesses da Sociedade, e
 - Simultaneamente, permitir aos Jovens uma escolha que lhes traga maior *satisfação pessoal e maior capacidade competitiva no mercado europeu da empregabilidade*
- Uma evolução dos paradigmas de ensino/aprendizagem
 - Adaptando o processo de aprendizagem aos conceitos e perspectivas da sociedade moderna e aos meios tecnológicos disponíveis
 - Projectando em particular a educação para fases mais adultas da vida, adaptando-a desta forma à evolução do conhecimento e dos interesses colectivos e individuais

A revolução académica que está quase completamente por fazer

- Mudar de
 - Ensino Centrado nas aulas e apontamentos do professor, para
 - Ensino Centrado na globalidade da actividade do aluno

- Mudar do
 - Ensino Baseado no ‘Conhecimento’ e Informações Gerais proporcionada pelo Professor, para
 - Aprendizagem Centrada em Objectivos - Produtos de Aprendizagem - bem definidos
- Mudar de
 - ‘Tempo de Aulas’, para
 - Carga de Trabalho do Aluno
- Conceitos essenciais para promover esta mudança
 - Sistema de Créditos (ECTS) baseado em ‘Produtos de Aprendizagem’ e na Carga de Trabalho necessária para os atingir
 - Bem definidos terão reflexo claro na actividade e no processo de aprendizagem
 - Um Quadro Nacional de Qualificações claro, incluindo descritores a vários níveis, poderão ser quatro níveis, de que resulte um redesenho da oferta de formações com base em conceitos de produtos de trabalho e competências adquiridas
 - Um Sistema de Garantia de Qualidade
- Entenda-se a total interdependência e complementaridade destes conceitos e mecanismos

Relevância específica do PB para Portugal - o problema crucial da nossa integração plena na Europa

- Em 2002 escrevi o meu primeiro artigo de alguma dimensão sobre o Processo de Bolonha [5], a que dei o título “*Notas para Reflexão sobre o Tema Bolonha - Oportunidade Imperdível para a reforma do sistema do ensino superior*”. Foi no XIV Congresso da Ordem dos Engenheiros, Coimbra, a 27-29 de Junho de 2002.
- Tinha nessa altura a percepção, que ao longo do tempo tenho vindo a amadurecer e reforçar, da relevância do PB não só para a reforma do nosso Sistema do Ensino Superior, como para o próprio desenvolvimento Nacional, num plano que ultrapassa as questões do Ensino Superior -
 - **em particular, na perspectiva da nossa integração plena na Europa, algo que ainda não conseguimos alcançar, e que é crucial para o nosso propósito de convergência Europeia.**
- Em 2003 [6], resumi esta ideia da forma seguinte:

Citação retirada do artigo: Feyo de Azevedo, S., *A Respeito da Reforma do Ensino Superior*, in Avaliação, Revisão e Consolidação da Legislação do Ensino Superior (Inquérito Público: Análise e Resposta, Ed. A. Amaral, p. 315-329, CIPES, Pub. Fundação das Universidades Portuguesas, 2003

Pode ler-se na pág. 318:

“Em larga medida somos hoje como que um barco no Atlântico, lutando por atracar e colocar pé firme na Europa, mas sentindo as forças das correntes que nos empurram para a América Latina, forças que moldam esses aspectos comportamentais que temos que mudar”

- **Claramente que neste enquadramento, também outrem escreveu:**
 - Citação retirada do artigo: José António Saraiva, *Política à Portuguesa - Terceiro Mundo*, Jornal Expresso, p. 3, 23 de Outubro de 2004:
O artigo é concluído da forma seguinte: “... Isto mostra que, em muitos aspectos, ainda pertencemos ao Terceiro Mundo. Estamos a meio caminho entre a Europa e a África”
Comentário pessoal - toda a vivência desde 2004 até hoje me faz continuar a pensar que estamos entre a Europa e a América Latina e não entre a Europa e África.
 - Citação retirada do notável livro: José Gil, *Portugal, Hoje - O medo de Existir*, Relógio d'Água Ed. 5ª Edição, 7ª reimpressão, 2005
Pode ler-se na página 71:
“...Mas, se a Europa entrou em nós, nós ainda não entrámos na Europa.”
Comentário pessoal: Uma frase notável na concisão e profundidade.

O que releva compreender - Compreender a História e a Evolução

- Compreender a mudança de paradigma de desenvolvimento ligado a oportunidades de cooperação, prioritariamente através de projectos transnacionais
- Compreender a evolução da Sociedade em exigências e oportunidades -
 - Entender a ‘nossa’ obrigação de adaptar a oferta no ensino superior, tornando-a mais atractiva e adequada à evolução dos tempos, nos planos sociológico, científico e técnico:
 - Diversificando a oferta em níveis e competências
 - Adoptando novos paradigmas de aprendizagem

O que releva compreender - Compreender os anseios, expectativas e motivações das Gerações Novas

- Compreender o seu ‘pensamento intuitivo’, usando-o para catalisar o seu desenvolvimento da percepção holística das coisas
- Compreender que a evolução de conceitos e ideais de geração para geração só pode ser entendida com a participação dos novos na discussão dos assuntos
 - Adaptar a oferta e os métodos no ensino superior, com a sua participação

O que releva compreender - Compreender o que os Novos têm que enfrentar

- A Força Motriz da Sociedade Contemporânea - Economia e Forças de Mercado
 - Mudanças dramáticas em conceitos de Tempo e Espaço
 - O Envelhecimento - simultaneamente rápido e lento...
 - A Era das Comunicações
 - Oportunidades e Mercado de Trabalho - Universais
 - Mudança do Conceito de Gestão da Carreira Individual
 - Forte aumento de padrões de Qualidade - Qualificação e Acreditação
 - Aumento forte da Competitividade

O que releva principalmente compreender - Compreender a Europa, sermos Europeus

- Compreender e adoptar sem hesitações os padrões de organização dos países mais avançados da Europa, adoptando se for caso disso, em vários domínios, uma ROTURA cultural -
 - Na exigência de racionalismo funcional
 - em níveis de exigência de qualidade
 - em rigor de métodos
 - em disciplina de trabalho
 - em espírito cívico
- Adoptar sem compromissos os critérios de qualidade europeus na avaliação das formações no ensino superior
- Compreender a dimensão Europeia do mercado de oportunidades
- Recusar o ‘orgulhosamente sós’ corporativo que tem vindo a tolher a nossa modernização e o nosso desenvolvimento pleno

2. Houve ou não alterações nos princípios, nos objectivos ou nos modos de concretização dos acordos de Bolonha e nos que se seguiram, nomeadamente na interpretação dada pelos diversos países a essas mesmas directivas na aplicação prática.

No essencial a maioria dos Países incidiu os seus esforços nas questões das estruturas de formação.

Confundiou-se e generalizou-se a ideia de que quase todos os cursos, em quase todas as áreas, deveriam ter uma formação profissional de primeiro ciclo, perspectiva que foi contrariada com sucesso por um número obviamente pequeno, mas relevante, de universidades Europeias.

Há um Princípio que é fundamental aplicar num sistema que se pretenda de qualidade e desenvolvido:

Não podemos tratar como igual, aquilo que é diferente

Esse Princípio tem necessariamente que ser interiorizado pelos dirigentes políticos, pelos governos, se pretendemos colocar Portugal num patamar de igualdade competitiva na Europa.

È bem claro, da minha análise anterior, que vejo o PB como preconizando um sistema em que a maioria dos cursos tenha um perfil vocacional, de primeiros ciclos e ciclos curtos, complementados com uma estrutura modular de formação ao longo da vida, o que exige medidas que forcem a implementação dessa necessária estruturação no País.

Obviamente que não podemos prescindir da oferta de formação de base mais teórica, particularmente em sectores do conhecimento e profissionais que envolvam actividades complexas e/ou de responsabilidade social significativa e que exijam actividade de concepção.

Temos precisamente que ser capazes de aplicar o Princípio enunciado acima.

3. Qual a sua visão do processo e da sua aplicação em Portugal, no tocante aos prazos, procedimentos e, se considerar que seja já possível avaliar, nos resultados.

Já respondi no essencial à questão da avaliação global do Processo. Vejamos alguns aspectos complementares:

Mecanismo de implementação em Portugal

Vou entrar num campo delicado, porque obviamente os Governos e os Ministérios da Tutela do Ensino Superior têm de direito as suas agendas e mecanismos de acção que temos obrigação de respeitar.

Na minha perspectiva pessoal a política de passar para as Instituições o ónus das decisões, sem uma definição política inequívoca da Rede e da Missão dessas instituições, usando no essencial como mecanismo de acção algum estrangulamento financeiro, não me parece que seja a melhor solução para ultrapassar as resistências à mudança e evolução que todos conhecemos existirem. Receio que no fim se acabe por mudar menos do que se deveria mudar.

Gostaria pessoalmente de uma acção mais directa dos Governos, certamente que em diálogo íntimo com as Escolas, nomeadamente com contratos programa de missão.

Vamos ver o que vai acontecer no futuro próximo, por exemplo com a reforma do sistema de governo das instituições.

Qualidade - Condições para acção eficaz da Agência

A questão da qualidade é certamente um tema essencial, e não menos delicado.

Creio ser de todo essencial perceber que há uma vasta tarefa a realizar, de definição de um Quadro de Qualificações nas várias áreas.

Releva igualmente percebermos a complementaridade entre qualificação académica e profissional, no que as associações profissionais têm um papel da maior relevância.

Depois, há a necessidade de sectorialmente adoptarmos critérios de qualidade transversais, a nível europeu, o que aliás tem sido incentivado fortemente pela Comissão Europeia.

Nós temos nas profissões, um documento da maior importância que é a Directiva de Reconhecimento das Qualificações Profissionais, aprovada a nível Europeu em Setembro de 2005, e que de facto ainda não está, embora já devesse estar, transposta para o quadro legislativo interno.

Essa Directiva identifica e exige uma estrutura de formação reconhecida a nível Europeu nas profissões da área da Saúde e na Arquitectura.

As outras áreas estão sujeitas a um regime geral, que tem no seu art. 11º a referência legislativa principal.

Ora, particularmente para essas outras áreas é necessário o tal Quadro de Qualificações, que, já o disse, tem em algumas dessa áreas três níveis abaixo do nível de topo representado pelos Descritores de Dublin.

Ora, em Portugal neste momento creio que só nas Engenharias está essa estrutura bem definida.

Ainda sobre a questão da avaliação de qualidade, não posso deixar de comentar o que considero ser o *busílis da questão*, que já escrevi no passado recente [10], pelo que de facto vou passar a fazer uma citação, ou melhor transcrição de artigo pessoal recente:

Excerto do artigo - Feyo de Azevedo, S., *A Respeito do Relatório da ENQA - Acreditação e Qualidade no Ensino Superior*, Ingenium, 44-45, Novembro/Dezembro 2006:

Pode ler-se na pág. 44:

“... É positivo termos um modelo que ‘se aplicado em método e consequências’ irá seguramente conduzir a melhorias significativas na nossa rede do ensino superior, em racionalização e qualidade.

‘Se aplicado’..., aqui reside o busílis da questão!

Com o exemplo do panorama das engenharias percebe-se que não conseguiremos produzir essa oferta de formações se de facto não operamos uma mudança significativa, eventualmente dolorosa, na nossa rede do ensino superior. O futuro... nos dirá se houve uma evolução da determinação e força política para realizar tal tipo de transformação. O futuro nos dirá se, no momento da verdade, os ‘ses’ e os ‘mas’ irão aparecer e prevalecer, da forma que a nossa História nos tem ensinado, em detrimento do progresso”.

4. Quais os principais benefícios e inconvenientes que vê no Processo e na sua aplicação em Portugal.

Como também já deixei claro (assim o penso) vejo imensos benefícios.

O PB é de enorme importância para o nosso SES e para o nosso desenvolvimento num plano mais geral.

Numa visão ligeira, o PB trouxe a exigência de novas estruturas de formação, de nova oferta de cursos curtos e de primeiro ciclo, portanto com probabilidade aproximando essa oferta dos interesses da Sociedade e dos alunos.

Depois, como programado, tem conduzido a maior interacção das Escolas com as organizações da Sociedade, empresas, o que pode levar o ensino a estar mais perto dos problemas do dia a dia. A nível dos segundos ciclos, esta ideia de colaboração pode e deve ter expressão em projectos de fim de curso (dissertações) em colaboração com as empresas.

Ainda, o PB prevê, embora tal esteja atrasado, uma evolução do sistema de ensino/aprendizagem, no sentido de o centrar mais nos alunos, de levar os alunos a uma participação mais activa, de o adaptar à evolução dos meios hoje disponíveis e à evolução das expectativas e vivências dos Jovens.

Tudo isto pode e deve conduzir a melhor ensino, na Sociedade global em que vivemos.

O Mundo não está parado. Hoje a colaboração transnacional é essencial, o mercado de trabalho é Europeu ou mesmo global, a Europa precisa de ser mais coesa para ter uma voz activa no Mundo, em relação aos blocos americanos e asiáticos.

Nesta última questão do esforço de desenvolvimento da Europa em que nos integramos, há para Portugal uma outra visão, mais profunda e política, que reforça essa relevância do PB.

Tal como já a comentei detalhadamente, é a da sua utilização como meio para ajudar a nossa Sociedade a integrar-se de corpo inteiro na Europa, na União Europeia.

Aqui, releva dizer algo de positivo, que penso que reflecte a realidade, em favor do futuro. A questão que se coloca não é a de que sejamos maus. Nada disso. Os Portugueses têm todas as condições de cultura, qualidades individuais e meios materiais para serem parceiros iguais da Europa mais desenvolvida. A questão é que em termos relativos, neste clube de países desenvolvidos em que estamos integrados, de facto estamos na cauda do desenvolvimento.

Relativamente a esses referenciais, e como já escrevi acima, tenhamos a coragem de perceber que temos um deficit de organização, disciplina, rigor de gestão de tempo, racionalismo funcional e também cultura cívica. Daí resulta que provavelmente trabalhamos mais e certamente que produzimos menos.

Ora, o PB pode e deve ser um tema que nos transporte para mais perto dos sistemas de organização e métodos comportamentais que se vão praticando por aí fora... que nos ajude a absorver e a praticar essa organização e métodos.

Um exemplo simples - no dia em que os programas de televisão começarem a horas, no dia em que as conferências e seminários que organizamos entre nós (porque quando organizamos reuniões europeias somos tão bons como eles) comecem e terminem a horas, no dia em que as nossas reuniões executivas tenham preparação prévia dos trabalhos e durem duas ou três horas e não a tarde toda, bom, nesse dia direi que há sinais de que estamos a caminho da integração plena na Europa.

Vejo um inconveniente principal importante, no PB, tal como está a ser implementado:

Esta questão até poderá ser vista como lateral ao PB, mas de facto está associado à reestruturação dos cursos - é o problema relacionado com a confusão imensa em que a nossa Sociedade está de algum modo mergulhada relativamente aos produtos de aprendizagem, capacidades e competências associadas aos primeiros ciclos de formação, confusão infelizmente associada à designação de Licenciatura para os primeiros ciclos, decidida a nível político (de facto apoiada pela generalidade dos partidos políticos).

Este problema está associado ao da permissividade que indiscutivelmente tem havido nos critérios de escolha de Jovens e menos Jovens para acesso às 'licenciaturas', muitos deles entrando para cursos para os quais não terão as competências mínimas exigidas.

Esta solução não me parece a melhor para garantir a competitividade nacional. E isso também já o escrevi antes [9]:

Excerto do artigo - Feyo de Azevedo, S., *Só temos um caminho, o da qualidade com critérios europeus*, *Ingenium*, 2ª Série, nº 93, 20-24, Maio/Junho 2006

Pode ler-se na pág. 23:

“... Creio que está bem claro para todos que a nível local, nas relações empresa - profissionais ou na actividade na função pública, podemos eventualmente iludir a realidade, podemos, sem consequências visíveis no curto prazo, colocar pessoas em cargos para os quais não têm as necessárias competências.

Mas, a nível europeu, na frieza dos critérios de qualidade transparentes empregues na Europa, ou internamente ao fim de alguns anos, na frieza dos números da nossa economia, as consequências dessa política de ilusão não deixam ilusão possível.

Por estas e por outras é que caímos em perguntar a nós próprios, como andamos a perguntar desde 2001, “como é que chegámos a isto?”.

5. Qual a sua visão sobre o futuro do Processo em Portugal e na Europa.

O PB vai evoluir, talvez mais lentamente do que se desejaria, mas de forma consistente, em Portugal, na Europa... e noutros blocos.

O PB visto por outros blocos do Planeta

Na Austrália, a U. de Melbourne está a avançar com cursos estruturados de acordo com o Quadro de Qualificações Europeu.

Relativamente aos Estados Unidos, releva comentar uma comunicação recente feita por um Assessor Sénior, o Sr. Clifford Adelman, de uma instituição americana, o Institute for Higher Education Policy (IHEP), a 26 de Fevereiro p.p., a respeito da relevância do PB para esse país. Passá-la-ei á CNE com gosto, mas deixo aqui a conclusão:

Cito:

- *By 2030, what started as European will be global, providing transfer without borders.*
- *The US will either join or be left behind.*
- *It is a challenge unlike any other issued to our system of higher education, and we've been soundly asleep to date.*
- *We had better get started---and in more positive ways than simply rejecting degree equivalencies!*

Fim de citação.

Implementação em Portugal.. e na Europa

Já comentei que no essencial o PB em Portugal está... no “fim do princípio”, situação que ocorre em muitos outros países signatários dos acordos.

Temos a estrutura das formações generalizadamente implementada, mas os cursos ainda não estão devidamente documentados em termos de um quadro de qualificações que ainda não existe.

Teremos que desenvolver um sistema de auto-avaliação em complementaridade com a avaliação externa.

Teremos que começar a praticar de forma generalizada métodos de ensino/aprendizagem mais interessantes, envolvendo muito mais os alunos... o que não é fácil por duas razões principais - porque é exigente em trabalho e porque vai ser necessário vencer o conservadorismo dos actores envolvidos - professores e alunos.

É este um bom momento para um comentário final:

Pois é, não são só os professores. Muitos alunos são muito conservadores e resistentes a mudanças em hábitos de trabalho, que terão que ser alterados. Muitos alunos terão que alterar de forma significativa a sua visão das suas obrigações (para lá dos direitos) e atitudes naquela que é a sua ‘actividade principal’ nesta fase da vida. Hoje, com os novos métodos, terão mais responsabilidades no seu desenvolvimento e na sua autonomia

profissional. Por exemplo, têm que trabalhar desde o primeiro dia, participar e ir às aulas que hoje são em muito menor número...

Com a vida organizada, digo que têm tempo para todas as actividades que lhes são esperadas, no respeito dos seus interesses - estudo, actividades complementares de desporto ou cultura e divertimento/lazer.

Para então terminar:

As reformas de Bolonha são importantes a nível académico e político.

Para lá disso, acontece que não temos alternativa.

De facto, o que se passa é que o Mundo está em movimento... quem se mantiver estático, fica para trás.

Referências pessoais

A generalidade dos meus artigos e das minhas conferências sobre o Processo de Bolonha (PB) está disponível para descarga como ficheiros pdf no meu portal - www.fe.up.pt/~sfeyo

Para a presente análise, remeto para documentos que entendo como mais relevantes:

Quatro conferências recentes, em que produzo análises sobre o Estado do Processo de Bolonha nas suas várias vertentes:

1. 2007, S. Feyo de Azevedo, *Technical Education from London 2007 to Leuven/Louvain-La-Neuve 2009... and beyond*, Keynote Lecture, Workshop on Scientific & Technical Education and the Bologna Process, Rome, Università La Sapienza, 2007, November 14.
2. 2008, S. Feyo de Azevedo, *Notas sobre o Presente e do Futuro do Processo de Bolonha em Portugal*, Conferência no âmbito do Seminário “Bolonha na Prática”, organizado pelo Grupo Nacional de Peritos de Bolonha, no Instituto Politécnico de Leiria, 4 de Abril.
3. 2008, S. Feyo de Azevedo, *Engineering Education in this New Model of European Development*, Keynote Lecture, Conference on “The Impact of the Bologna Process on Professional Qualifications, National Academy for Integration of Research & Teaching & learning, Cork Institute of Technology, Ireland, May 12.
4. 2008, S. Feyo de Azevedo, *O Processo de Bolonha em Portugal - Já mudamos?, Estamos a mudar? Ou está tudo na mesma?*, Documento para sessão-debate na FEUP, a convite da AEFEUP, 15 de Maio

E sete artigos de opinião, em que incluo alguma necessária visão política (de Educação) dos problemas do Processo de Bolonha:

5. Feyo de Azevedo, S., *Notas para Reflexão sobre o Tema Bolonha - Oportunidade Imperdível para a reforma do sistema do ensino superior*, XIV Congresso da Ordem dos Engenheiros, Coimbra, publicação completa em CD-ROM, 27-29 de Junho, 2002
Análise ainda actual, em que enquadro o interesse do PB como forma de combater o conservadorismo estagnante do nosso SES, dificuldades reformistas estas que são hoje são ainda evidentes.
6. Feyo de Azevedo, S., *A Respeito da Reforma do Ensino Superior*, in Avaliação, Revisão e Consolidação da Legislação do Ensino Superior (Inquérito Público: Análise e Resposta, Ed. A. Amaral, p. 315-329, CIPES, Pub. Fundação das Universidades Portuguesas, 2003
Em que analiso o PB na perspectiva dos problemas da Sociedade Portuguesa, particularmente na questão CRUCIAL das nossas dificuldades de integração plena na Europa.

7. Feyo de Azevedo, S. *Os novos paradigmas de formação no espaço do ensino superior e as actividades profissionais*, In Seminário - Reflexos da Declaração de Bolonha, Ed. Fórum Regional do Centro das Profissões Liberais, Coimbra, 13-14 Nov. 2004, p. 27-40, Junho 2005
Em que apresento uma estrutura de organização da oferta formativa no SES, nomeadamente defendendo que se pratique o que está legislado, isto é um sistema binário na nossa rede.
8. Feyo de Azevedo, S., *2006 - ano da verdade para a reforma do nosso sistema do ensino superior*, Química, Revista da Soc. Port. Química, nº 101, 27-33, Abril-Junho 2006
Em que realço a importância de apoiar uma estrutura reformista, sem transigências na qualidade.
9. Feyo de Azevedo, S., *Só temos um caminho, o da qualidade com critérios europeus*, Ingenium, IIª Série nº 93, 20-24, Maio/Junho 2006
Em que reflecto sobre a deriva de permissividade na gestão da qualidade no nosso SES.
10. Feyo de Azevedo, S., *A Respeito do Relatório da ENQA - Acreditação e Qualidade no Ensino Superior*, Ingenium, II Série nº 96, 44-45, Novembro/Dezembro 2006
Em que aprecio condições e expresso preocupações sobre o papel da Agência, tal como a legislação o regula.
11. Feyo de Azevedo, S., *A Respeito da Reforma Legislativa em curso no Sistema do Ensino Superior - Gestão, Qualificações Profissionais e Garantias de Qualidade*, Ingenium, II Série nº 101, 24-26, Setembro/Outubro 2007
Em que reflecto criticamente sobre o modelo de gestão de qualidade e de regulação profissional subjacente à legislação promulgada.